

*Ata da 42ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,*

em 28 de novembro de 2012.

Presidência do Senhor Deputado Álvaro Gomes (3º Secretário). À hora marcada, através da lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes Srs. Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Gildásio Penedo Filho, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmem, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo (51). O Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial para **discussão da concepção arquitetônica e produção dos espaços para os povos de terreiros**, proposta pelo Deputado Álvaro Gomes. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Elias Sampaio, Secretário de Promoção da Igualdade Racial, representando o Governador Jaques Wagner; Raimundo Nonato da Silva, Presidente da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantú); Humberto Carvalho Bastos, vice-Presidente da Acbantú; Prof. Fábio Velame, mestre em Urbanismo da Ufba e doutor na área de patrimônio; Josani Oliveira, arquiteta da Acbantú; Paulo Souza, Coordenador do convênio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Sedur), representando o Diretor Geral Luis Augusto Silva Reis; Ricardo de Almeida Júnior, Assessor técnico da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (Sucab), representando o Diretor Geral Alfredo César Dias; Ialorixá Anisdete de Jesus; Dra. Cléia Costa dos Santos, Presidenta da Associação dos Procuradores do Estado da Bahia; Deputado Bira Corôa. O Deputado Álvaro Gomes informou que a realização desta Sessão partiu de uma solicitação da Acbantú, instituição que atua em defesa dos direitos civis e políticos dos povos de comunidades tradicionais. Relatou com brevidade a história do candomblé no Brasil, informou que em Salvador existem 2.230 terreiros registrados na Federação Baiana de Cultos Afro brasileiros, e mencionou que, de acordo com a Federação Brasileira de Candomblé e Cultos Afros (Febacan), as festas e rituais fazem parte da cultura e

do folclore brasileiro. Observou que a Lei Federal nº 6.292 de 15 de dezembro de 1975, protege os terreiros de candomblé no Brasil contra qualquer tipo de alteração de sua formação material ou imaterial, e informou que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia (IPAC) são responsáveis pelo tombamento das casas. Esclareceu sobre o propósito desta Sessão, e avaliou que pela importância do candomblé para a cultura nacional, a Casa necessita participar desse debate. A lalorixá Anisdete de Jesus comentou sobre sua iniciação no candomblé, relatou que fundou uma casa, designada como religiosa, contudo, aguarda a nomeação dessa casa, oportunidade em que solicitou ajuda para obter êxito nesse propósito. O Sr. Presidente registrou a presença de terreiros e de entidades representativas. O Sr. Raimundo Nonato da Silva entoou uma canção para Oya e outra para Obaluae. O Sr. Paulo Souza comentou sobre o convênio nº 008/2009, uma iniciativa do Governo do Estado destinado a revitalizar 53 terreiros de Salvador, e ressaltou o grande esforço empreendido pelo Estado, visto a grande dificuldade encontrada para implementar o projeto, que é de grande importância para os povos tradicionais. Por fim, colocou a Sedur à disposição, no sentido de prestar todo o apoio necessário. A Sra. Josani Oliveira relatou que está exercendo a coordenação do convênio celebrado entre o Governo e a Abcantu. Mencionou com brevidade o histórico do convênio, apresentou as atribuições das instituições participantes, relatou o andamento do projeto, que foi dividido em seis etapas, e passou a definir a função de cada etapa. Considerou o cenário atual favorável, visto que há legislações e planos governamentais que objetivam promover a reparação e a igualdade, ao tempo em que relatou as legislações vigentes e as políticas públicas de preservação e requalificação desses territórios. Sugeriu que as faculdades de arquitetura criem uma metodologia específica no sentido de preparar profissionais para atuarem nesses territórios, e encerrou ressaltando a importância de conhecer o funcionamento dos territórios. O Sr. Humberto Carvalho Bastos pediu licença aos ancestrais, e saudou o fato de participarem de um evento nesta Casa. Ponderou que apesar dos povos tradicionais serem minoria, representa uma minoria forte descendentes da garra das senzalas. Tratou sobre o convênio, uma reivindicação antiga, e que se insere nas políticas públicas de inclusão, e encerrou pedindo a benção ao pai Obaluaê. O Sr. Ricardo de Almeida Júnior admitiu que a revitalização dos terreiros tem sido um grande desafio para o Governo baiano, posto que ao trabalhar nesses locais, os técnicos da Sucab não só estão lidando com o patrimônio material, mas também o patrimônio imaterial, lembrando ainda que não se pode ter acesso a todos os ambientes, bem como não se pode mexer em todas as coisas. Ressaltou que o aprendizado tem sido de fundamental importância para os técnicos atuarem nas casas de religião de matriz africana e entender a dimensão

desse empreendimento, e relatou fatos que também ajudaram a compreender as questões espirituais. Elogiou a iniciativa do Governo do Estado em parceria com a Acbantu, e concluiu solicitando o apoio de todos no enfrentamento das dificuldades enfrentadas durante o percurso de implantação do projeto. O Prof. Fábio Velame considerou que se encontram diante de um grande desafio, visto a peculiaridade da arquitetura dos terreiros, construídos sem arquitetos e sem projetos, e avaliou que as universidades não preparam profissionais para esse tipo de trabalho. Explicou que o problema relatado pelo representante da Sucab se deve ao que se chama de "hierarquias de acesso", contudo as dificuldades e desafios no processo de revitalização dos terreiros são bem mais amplos do que as "hierarquias litúrgicas e dimensões simbólicas" dos terreiros, destacando que um dos pontos fundamentais para recuperação das casas de culto afro é a utilização dos recursos naturais que são simbólicos e importantes para as religiões de matriz africana. Apresentou um trabalho realizado no terreiro de Baba Egun, localizado em Itaparica, e relatou os desafios enfrentados para a realização do projeto, fato que ressalta a necessidade de que o projeto seja realizado de forma participativa: técnicos x comunidade dos terreiros. Por fim, avaliou que ao se preservar um terreiro, deve-se levar em conta três fatores: dimensões simbólicas de cada casa, relação com a cidade e a hierarquia de acessibilidade a cada área do terreiro. O Sr. Henrique Tavares, representando o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e representando também a Mãe Stela, elogiou o Prof. Fábio pelo grande conhecimento demonstrado na explanação do projeto. Comentou sobre o funcionamento do Conselho, que prima pela qualidade dos serviços prestados pelos arquitetos, e colocou o órgão à disposição para contribuir na implantação do projeto. Encerrou ponderando que todos os terreiros deveriam ser tombados, visando obter dessa forma o auxílio dos órgãos públicos. O Deputado Bira Corôa, Presidente da Comissão Especial da Promoção da Igualdade Racial da Assembleia, considerou que falta políticas de preservação e de reserva de áreas específicas, fato que está ocasionando a migração de muitos terreiros para o Litoral Norte do Estado, e avaliou a situação como grave, sobretudo "porque os terreiros são os pilares firmados que fizeram com que o povo baiano pudesse se assumir como negro". Elogiou o convênio firmado entre o Governo e a Acbantu, saudou a iniciativa do Deputado Álvaro Gomes, por trazer a esta Casa esse debate, e parabenizou o Secretário Elias Sampaio, pelo mapeamento dos terreiros do Recôncavo e do Baixo Sul. Finalizou afirmando que 20 de novembro, "Dia Nacional da Consciência Negra", deixou de ser apenas uma data e passou a ser um mês de debates e de afirmação da negritude. A Dra. Cléia Costa dos Santos destacou a importância de se ter um conhecimento maior da diversidade existente na Bahia, como forma de fortalecer a inclusão, e avaliou o momento como histórico, importante para reconhecer formas e necessidades novas de se relacionar com a arquitetura

das comunidades tradicionais. Comentou sobre o Núcleo Setorial para a Área Social, implantado graças a sensibilidade do Procurador Geral do Estado Dr. Rui Cruz, com o objetivo de prestar serviços públicos e reconhecer todos na sua igualdade, fato que levou o órgão a participar do convênio, ajudando a realizar as ações do projeto respeitando a legalidade. Sugeriu mudanças na Lei nº 9.433/2005, que versa sobre o Estatuto de Licitação do Estado da Bahia, no capítulo reservado a Convênios, que não se adequa a construções afirmativas e direitos fundamentais das minorias. Concluiu colocando o órgão à disposição, por entender que podem colaborar nesse novo momento vivenciado pelo estado brasileiro. O Sr. Presidente convidou a todos para participarem de uma sessão especial na Câmara de Vereadores de Salvador, no dia 30 de novembro, com o objetivo de conceder a Medalha Zumbi dos Palmares ao Sr. José Vicente, Reitor da Faculdade Unipalmares, de São Paulo. O Sr. Raimundo Nonato da Silva agradeceu ao Governador Jaques Wagner pela realização do convênio com a Acbantu. Lembrou que o Estado é laico, e considerou que esta Casa precisa se preparar para receber o povo, se reportando à cruz fixada na parede do Plenário, símbolo que não representa todas as religiões. Criticou a demora para revitalização dos terreiros, mencionou que há terreiros que estão interditados há cerca de três anos e mães e pais de santo que estão inativos durante todo esse tempo por causa das obras, e reclamou também da forma como as intervenções vêm sendo realizadas, declarando que "Eles precisam saber que quem manda em nossas casas não somos nós, são nossos ancestrais". Considerou que o Governo está aprendendo e compreendendo a diferença entre as pessoas, cobrou a mudança na concessão de terras pelo Estado, e solicitou ajuda aos representantes dos órgãos que podem contribuir para a conclusão do projeto. Encerrou informando que dia 12/12/2012 é aniversário de doze anos da Acbantu, ao tempo em que convidou a todos para participarem da comemoração que vai acontecer no Teatro SESC/SENAC Pelourinho. O Secretário Elias Sampaio elogiou o Deputado Álvaro Gomes pela realização desta Sessão, no mês que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, oportunidade para fazer um chamamento à sociedade no sentido de refletir sobre as questões da consciência negra. Reconheceu que as obras não estão sendo realizadas na velocidade que o Governo queria, contudo assegurou: "O momento atual é de convergência de interesses entre o setor público e a comunidade que está aqui". Observou ainda que o Governo tem trabalhado para resolver outra questão de grande importância para as religiões de matriz africana, que se refere à regularização fundiária, um problema em todo o Estado, e um dos problemas mais sérios para as religiões afros, visto que não podem prescindir de espaços específicos. Destacou a importância do candomblé para a cultura nacional, e considerou que a Bahia tem especificidades em relação à cultura africana. Avaliou que o Brasil e a Bahia avançaram muito

nos últimos anos, nas questões dos afro descendentes, apresentando as ações que têm sido empreendidas pelo Poder Público, a partir do governo do ex-Presidente Lula, e aqui na Bahia, do Governador Wagner, e tratou sobre os projetos em tramitação neste Poder, que comprovam o progresso nas conquistas dos negros. Finalizou considerando que se faz necessário a interação dos três Poderes, no sentido de obterem avanços nas políticas públicas. O Sr. Presidente destacou a importância da Sessão, considerando-a produtiva e representativa, avaliou que as questões relativas aos negros têm avançado, contudo as discussões devem continuar. Em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a participação e presença de todos e declarou encerrada a Sessão, na qual deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Adolfo Menezes, Augusto Castro, Fátima Nunes, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Nelson Leal, Paulo Rangel, Roberto Carlos, Sandro Régis e Targino Machado (12).

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -